



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

KARLA ROBERTA BEZERRA DA SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AS ABORDAGENS HISTÓRICAS: UMA
ANÁLISE SOBRE ESSA RELAÇÃO NA VISÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA
DE ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília, novembro de 2020



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

KARLA ROBERTA BEZERRA DA SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AS ABORDAGENS HISTÓRICAS: UMA
ANÁLISE SOBRE ESSA RELAÇÃO NA VISÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA
DE ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL**

ORIENTAÇÃO: PROF.^a DR^a EDLENE OLIVEIRA DA SILVA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História como parte dos requisitos para a obtenção de grau de licenciatura em História.

Brasília, novembro de 2020

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AS ABORDAGENS HISTÓRICAS: UMA
ANÁLISE SOBRE ESSA RELAÇÃO NA VISÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA
DE ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL.**

Banca examinadora

**Profa. Dra. Edlene Oliveira Silva
Orientadora**

Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira

Profº Mestre Alexandre Magno Maciel Costa e Brito

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, absolutamente tudo que tenho, o que sou e onde cheguei foi por intermédio dele.

É com um grande sentimento de gratidão que reconheço a força e o apoio dado pelo meu esposo Natanael, por diversas vezes ele foi meu auxiliador e maior incentivador do meu crescimento durante toda a graduação e para que eu pudesse concluir esta pesquisa. Obrigada por nunca medir esforços por mim, querido!

Agradeço a minha família que sempre torceu, orou e vibrou com minhas conquistas. Meus pais, meus irmãos, minhas avós e meus sogros, obrigada pelo carinho de vocês!

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Edlene Oliveira Silva, por todos os ensinamentos, orientações, paciência e cuidado que sempre dispensou ao desenvolvimento desta pesquisa. Suas orientações e incentivos foram fundamentais. Apreendi coisas que irei levar para a vida!

Sou grata ao meu amigo e professor Alexandre Magno por me apresentar a alguns professores que participaram das entrevistas, sem os quais esta pesquisa não poderia ser realizada. Minha gratidão a cada um dos(as) entrevistados(as), vocês deram corpo a esta pesquisa.

Agradeço aos meus amigos que me auxiliaram e tornaram mais leve a jornada pela UnB, Patrícia, Jeferson e especialmente minha querida amiga Larissa, obrigada pelas trocas de experiências e companheirismo.

Agradeço a todos os professores da universidade que contribuíram para a minha formação.

Minha gratidão a todos!

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AS ABORDAGENS HISTÓRICAS: UMA ANÁLISE SOBRE ESSA RELAÇÃO NA VISÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DE ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL.

Karla Roberta Bezerra da Silva

RESUMO: Diante da necessidade de mudanças das mentalidades, o papel social do professor evidencia um verdadeiro desafio frente às demandas sociais. Em virtude de ser um dever tácito da educação – a desconstrução de uma cultura machista/sexista – foi desenvolvida uma pesquisa de campo com professores de História do Distrito Federal para averiguar suas concepções de violência de gênero e o trabalho com essa temática em sala de aula. As respostas obtidas por meio de entrevistas mostram como os professores lidam com as questões de gênero no ambiente escolar, se é possível coibir a violência contra as mulheres e como eles veem a possibilidade de explorar e debater a Lei Maria da Penha no ensino de história. As entrevistas realizadas serviram como fonte e foram analisadas por meio de investigação historiográfica e teórica sobre o tema, com o intuito de contribuir para a desnaturalização do machismo e sexismo na escola e na sociedade. Os resultados das entrevistas demonstraram a necessidade de um ensino de história que desconstrua visões e práticas que contribuem para a manutenção de uma cultura misógina e sexista. Evidentemente, também existe aqui uma preocupação em reiterar a importância dos estudos relacionados à participação e ao protagonismo das mulheres na História, visibilizando as lutas das mulheres, assim como promover um ensino de História crítico, plural e que rompa com estereótipos de gênero.

Palavras-chave: História das mulheres, relações de gênero, Lei Maria da Penha, violência contra a mulher, ensino de História.

ABSTRACT: In view of the need to change mentalities, the social role of the teacher shows a real challenge in face of social demands. Because it is a tacit duty of education - the deconstruction of a sexist / sexist culture - a field research was carried out with History teachers from the Federal District to investigate their conceptions of gender violence and the work with this theme in the classroom. The responses obtained through interviews show how teachers deal with gender issues in the school environment, whether it is possible to curb violence against women and how they see the possibility of exploring and debating the Maria da Penha Law in history teaching. The interviews carried out served as a source and were analyzed through historiographical and theoretical research on the topic, with the aim of contributing to the denaturalization of sexism and sexism at school and in society. The results of the interviews demonstrated the need for teaching history that deconstructs visions and practices that contribute to the maintenance of a misogynist and sexist culture. Of course, there is also a concern here to reiterate the importance of studies related to the participation and protagonism of women in history, making women's struggles visible, as well as promoting critical, plural history teaching that breaks with gender stereotypes.

Keywords: History of women, gender relations, Maria da Penha Law, violence against women, history teaching.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa investigar as concepções de violência contra as mulheres em relação as abordagens históricas na visão de quatro professores de história (dois do Ensino Fundamental e dois do Ensino Médio) de escolas públicas do Distrito Federal. Trata-se de analisar as perspectivas de professores sobre abordagens de gênero e da violência contra as mulheres na escola, possibilitando o conhecimento dos saberes docentes referentes a essa temática, suas práticas e metodologias. Objetiva, ainda, problematizar a relevância de discussões de gênero dentro do ambiente escolar e a importância de abordagens relacionadas à história das mulheres, bem como suas conquistas, atuações e protagonismos no passado e presente como, por exemplo, a elaboração de uma legislação específica de proteção para as mulheres: a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

Desde a colonização, a sociedade brasileira é marcada por uma cultura machista que objetifica as mulheres, colocando-as numa posição de subjugação em relação ao homem, o que contribuiu ao longo da história para exclusão e a concepção de que as mulheres eram sujeitos desprovidos de direitos. Essa cultura machista e sexista acarreta diversas formas de violência de gênero, um fenômeno social grave e complexo que é interseccional, no qual os aspectos culturais, de classe social e raça devem ser analisados.

A violência contra a mulher não é um comportamento individual, tampouco natural, mas um fenômeno aprendido historicamente e passado de geração em geração. Os homens são educados desde a mais tenra infância a serem agressivos, a se imporem pela força, educados para acreditar que os homens são hierarquicamente superiores às mulheres e, portanto, possuem poder sobre elas, tanto para dominar como para oprimir. De acordo com Saffioti, “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (2001, p.115). Dessa maneira, a violência contra a mulher funciona como uma forma de impor uma obediência disciplinar às mulheres, sendo o feminicídio o ápice de diversas violências contra as mulheres naturalizadas socialmente.

Apesar de algumas transformações na sociedade brasileira, como a rejeição à tese de legítima defesa da honra, que durante muito tempo, desde o século XV/XVI, foi acolhida pela

justiça do período para absolver acusados do assassinato de mulheres¹, ainda hoje, no século XX, as mulheres, muitas vezes, são responsabilizadas pelas agressões que sofreram, inclusive em sentenças judiciais. Além disso, existem casos em que os agressores reivindicam uma penalidade atenuada fundamentando suas justificativas em comportamentos machistas naturalizados pela sociedade e introjetados pela Justiça². As lutas feministas e de mulheres pela eliminação das práticas de violência contra esta categoria proporcionaram algumas mudanças na legislação com a criação da Lei Maria da Penha³ e a Lei do Feminicídio⁴, incluindo ainda diversos avanços no Código Penal Brasileiro em relação a interpretação do conceito de estupro e exploração sexual⁵.

Os dados sobre a violência contra mulheres no Brasil são alarmantes. A pesquisa realizada em 2019 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência⁶, expõe que 27% das mulheres entrevistadas declaram ter sofrido agressão em algum momento da vida e 19% foram vítimas de violência de gênero no ano de 2018. As entrevistas também revelam que as agressões começam cedo na vida da mulher. Para 31% das vítimas, a primeira ocorrência se deu antes dos 19 anos. Para outras 38%, aconteceu entre 20 e 29 anos. A partir dos 40 anos, a quantidade de mulheres que sofreram

¹ A punição com morte, de maneira geral, era uma punição aceita pela infidelidade feminina. De acordo com o Código Penal Brasileiro de 1890, só a mulher era penalizada pela prática do adultério.

² - Em 2016, no município Nova Era em Minas Gerais, ocorreu um caso de absolvição de um homem que confessou ter tentado matar a ex-companheira a facadas. Esse caso foi julgado em 2017 e, na época, os jurados aceitaram, por unanimidade, que o ataque estava amparado na "legítima defesa da honra". O STF, por consequência, manteve esse entendimento. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/30/interna_gerais,1190201/defesa-da-honra-stf-acata-absolvicao-de-homem-que-esfaqueou-ex-mg.shtml. Acesso: 12 de outubro de 2020.

- Outro exemplo de uma tentativa de livrar o acusado com base em argumentos que amenizam sua culpa aconteceu no julgamento do crime de feminicídio que ocorreu no Distrito Federal em 2015, a defesa do acusado tentou levar os jurados à conclusão de que o assassino teria agido sob forte emoção, teria “perdido a cabeça” ao perceber que a vítima (sua companheira) estava se relacionando com outra pessoa. Essa seria uma mutação e uma nova roupagem para a tese da defesa da honra. Se esse tipo de defesa tivesse sido acatada pelos jurados, o crime teria sido atenuado e a pena estipulada, mais baixa. Contudo, a argumentação não prosperou. Disponível em: <https://www.metropoles.com/violencia-contra-a-mulher/de-defesa-da-honra-a-forte-emocao-os-argumentos-dos-feminicidas>. Acesso em 12 de outubro de 2020.

³ No caput da Lei está prescrito que ela: *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.* (Caput da Lei). BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei 11.340/06. Presidência da República, 2006.

⁴ Cf. Lei 13.104/15. Inclui o crime de feminicídio no rol dos crimes hediondos.

⁵ Cf. Lei nº 12.015/09 que dá nova redação ao artigo 213 do Código Penal Brasileiro, classificando tais delitos no rol dos crimes hediondos.

⁶ A pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foi feita por meio de amostragem probabilística da população alvo, composta por 2.400 mulheres com 16 anos ou mais, residentes no Brasil e com acesso a telefones móveis ou fixos. As ligações foram feitas até se atingir o número estabelecido de entrevistas, com alocação proporcional por UF, no período de 25 de setembro a 4 de outubro de 2019.

violência pela primeira vez ficou em 9%. E quando perguntadas sobre o conhecimento da Lei Maria da Penha, a maioria das entrevistadas, 68%, afirmou que conhecia pouco, enquanto 19% disseram que conheciam mais ou menos e 11%, alegaram não conhecer nada sobre a Lei. Tais resultados demonstram que não basta criar uma legislação específica, é preciso divulgá-las e fazê-las cumprir e, sobretudo, é fundamental educar para uma cultura antimachista.

Nesse sentido, a escola e o/a professor/a são fundamentais no combate à violência contra as mulheres. Suas escolhas pedagógicas e interpretativas dos conteúdos, tanto podem silenciar as mulheres ou reproduzir um imaginário de submissão, assim como podem incluir o protagonismo feminino e desnaturalizar visões sexistas/hierárquicas sobre as mulheres no ensino e na sociedade. Diante da demanda de uma atuação docente consciente, imposta por esses desafios, Ana Maria Monteiro nos leva a refletir sobre a atuação e preparação dos professores para a sala de aula, espaço no qual “encontram crianças e adolescentes de diferentes contextos sociais e culturais, muitos deles oriundos de áreas de violência ou de desagregação familiar” (2013, p.22).

Nessa perspectiva, a inclusão do tema da violência contra a mulher no ensino de história permite que os/as estudantes refletiam sobre o comportamento misógino como uma prática ancorada em representações sobre a inferioridade feminina e construída historicamente e, portanto, passível de ser desnaturalizada. A violência contra a mulher também precisa ser analisada por marcadores de ordem econômica, social e cultural, pois as concepções de raça, religião e classe social são determinantes para compreender e combater uma maior vulnerabilidade e incidência de agressões contra determinados grupos de mulheres. Diante disso, é importante deixar claro que a compreensão e análise dessas relações não podem acontecer isoladamente, as lutas dos movimentos de feministas negras alertam que os desdobramentos desses marcadores promovem lutas que precisam enfrentar, simultaneamente, o racismo e o sexismo.

Nesse contexto, se destaca o papel fundamental do docente da área de História, uma vez que essa disciplina permite compreender o processo de construção de tais representações no tempo, por meio da historicização dessa violência e pela desconstrução de representações de gênero forjadas historicamente que subjugam e desvalorizam as mulheres. A sala de aula é um ambiente privilegiado para a desconstrução da violência de gênero, pois a educação tem grande influência nas representações, valores, conceitos e significados presentes no imaginário das/dos estudantes.

A necessidade de discussões sobre a violência contra as mulheres nas escolas fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) cujo texto assevera que a educação básica deve contribuir “para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”⁷. Também está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o Plano Nacional de Educação (PNE)⁸.

A BNCC aponta propostas, de maneira generalizada, para a formação de competências específicas de história para o ensino fundamental, dentre elas está a formação de um posicionamento pelo enfrentamento de circunstâncias marcadas por violência e conflitos no tempo presente. Nesse sentido, a BNCC, para o ensino fundamental posiciona o ensino de história como um “instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito”⁹. Para o ensino de história no 9º ano do Ensino Fundamental, a unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, estabelece como “objeto de conhecimento” a “questão da violência contra populações marginalizadas”. Para isso prevê o desenvolvimento da habilidade de

Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. (EF09HI26)

Em relação ao Ensino Médio, a BNCC não prevê explicitamente essa abordagem da violência contra as mulheres, embora estabeleça, dentre as competências específicas das Ciências Humanas e Sociais, a formação para o reconhecimento e combate às “diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (BRASIL, 2017a, p. 564).

⁷ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

⁸ O Plano Nacional de Educação – aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é um documento que trata das metas que o Brasil deve atingir, em um período de dez anos, na área da educação – possui diretrizes que versam sobre a superação das desigualdades, a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação, somado a isso, também está a promoção do respeito aos direitos humanos e à diversidade. Além do PNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica são claras ao realizar apontamentos sobre o direito à diferença e o combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas no contexto escolar. Esses mecanismos buscam aplicar, de maneira concreta, evoluções sociais conquistadas ao longo da história.

⁹ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/historia>. Acesso em: 14 de dezembro de 2020.

É importante frisar que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre 2014 e 2018 já fazia menção explícita à superação da violência contra as mulheres. Algo que foi banido do último edital do PNLD, com a presença de Bolsonaro e as forças conservadoras fundamentalistas no governo.

Dessa maneira, é necessário e urgente conceber um ensino de História que seja capaz de historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, desnaturalizando concepções hierárquicas, binárias e androcêntricas.

A violência contra a mulher tratada nessa pesquisa é compreendida como uma faceta da violência de gênero. Conforme discute Susane Rodrigues de Oliveira, tal comportamento

se fundamenta em concepções binárias, hierárquicas e androcêntricas sobre o masculino e feminino que ainda são amplamente naturalizadas em nosso cotidiano. Essa violência se expressa em uma multiplicidade de práticas, discursos e representações que promovem exclusões, assassinatos e agressões físicas, sexuais, verbais, psicológicas, patrimoniais e simbólica de mulheres (2017, p.170).

Diante dessa perspectiva, é importante deixar claro que a violência contra a mulher se ramifica em diversas categorias no plano físico¹⁰, sexual¹¹, moral¹², psicológico¹³, patrimonial¹⁴ e simbólico¹⁵. Nesse mesmo sentido, de acordo com o artigo 5º da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher é entendida como:

[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

¹⁰ Compreende qualquer conduta que atinja de modo a ofender a integridade física ou a saúde corporal (Lei n.11340/06);

¹¹ É entendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada (Lei n.11340/06);

¹² Compreende qualquer comportamento que configure calúnia, difamação ou injúria (Lei 11340/06);

¹³ É entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição de auto estima (Lei n. 11340/06).

¹⁴ É qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.

¹⁵ A violência simbólica se expressa como uma ramificação da violência psicológica, nesse tipo de violência a mulher é submetida a aceitar condições impostas por concepções sociais hierarquizantes e de dominação masculina.

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

A noção de gênero adotada nessa pesquisa o compreende como uma construção social e histórica. Segundo Joan Scott,

Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança. (*apud* VICROVSKI, 2017, p.14163).

Ademais, as desigualdades de gênero devem ser buscadas nos “arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1997, p.22). Como afirma a pesquisadora Teresa de Lauretis (1987), necessitamos de um conceito de gênero que não esteja preso à diferença sexual, mas que expresse a representação e a autorrepresentação de uma identidade. Gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social.

Por sua vez, Kalina Vanderlei e Marciel Henrique, defendem que

Não há uma essência masculina ou uma essência feminina imutáveis e determinadas por características biológicas. O que há são construções sociais e culturais que fazem que homens e mulheres sejam educados e socializados para ocupar posições políticas e sociais distintas, normalmente cabendo aos homens as posições hierárquicas mais elevadas, enquanto às mulheres são reservadas as posições menos privilegiadas. Desse modo, o conceito de gênero tem muito a ver com a forma como são percebidas as relações de poder entre homens e mulheres (2009, p.166).

A violência contra as mulheres também pode se manifestar nas relações de poder, por vezes reproduzidas no ensino de História e fortalecidas por perspectivas que enfatizam apenas ações e protagonismos dos homens, algo que está sujeito a desencadear processos de subjetivação que permitem a continuidade da naturalização dessa violência no imaginário e nas práticas da sociedade. A narrativa histórica tradicional faz referências esparsas às mulheres que geralmente são silenciadas, apresentadas como exceção ou em posições secundárias, negando sua atuação e protagonismo. Comentando sobre a violência contra as mulheres nos livros didáticos de História, Oliveira lembra que,

[...] as representações de violência contra mulheres, difusas não só nos livros didáticos, mas em várias práticas cotidianas e institucionais, funcionam como pedagogias que prescrevem e ensinam determinados modos de ser dos sujeitos, bem como de ver, sentir e tratar essa violência no tempo presente (2019, p.02).

Dessa forma, ainda segundo Oliveira, o ensino de história não possui

narrativas neutras ou inocentes, pois a história se constitui como uma forma de interpretação e estabelecimento de sentidos para o passado que é sempre mediada pela cultura e interesses do presente, segundo um corpo de regras socialmente autorizadas que orientam as maneiras de ensinar, perceber, julgar, pensar e agir em relação ao passado (2019, p.02).

Nesse cenário, é de fundamental importância a formulação de pesquisas que analisem discursos e práticas de professores sobre relações de gênero e violência contra as mulheres no ensino de história, bem como em materiais pedagógicos.

A ideia dessa pesquisa surgiu durante a participação nas disciplinas da área de teoria e metodologia do Ensino de História: Laboratório de Ensino de História e Prática de Ensino de História 1, ministradas pela Professora Edlene Oliveira Silva durante o primeiro e segundo semestres de 2019. No curso das disciplinas, fomos confrontados com debates e reflexões relacionadas às temáticas raciais, de gênero e sexualidades no ensino de história. Em uma das abordagens tivemos a oportunidade de discutir a violência de gênero como tema de reflexão, o que impulsionou tal pesquisa sobre as representações de gênero e de violência contra as mulheres nas perspectivas de professores e professoras do ensino de história da rede pública do Distrito Federal.

É inegável a importância de pesquisas que discorram sobre a visão dos/das docentes sobre as abordagens históricas e sob quais perspectivas os/as professores/as estão conduzindo o Ensino de História. Vale salientar que os/as docentes não são apenas “transmissores” de conteúdos e fatos, mas desenvolvem em seus trabalhos saberes próprios que participam da construção e difusão das representações de gênero. Conforme afirma Monteiro (2001), os conhecimentos docentes produzidos no ambiente escolar podem contribuir para o entendimento dos processos que envolvem a educação e os sujeitos que se dedicam a sua realização, pois,

existem saberes ligados às práticas sociais e linguísticas que não pertencem ao saber acadêmico elaborado pela comunidade científica e que fazem parte da elaboração do saber escolar. [...] [existem] saberes da experiência, que não são para e sim da prática, aqueles que têm origem na prática cotidiana do professor em confronto com as condições da profissão (2001, p. 127 e 131).

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas com quatro docentes da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Os depoimentos foram gravados e escritos.¹⁶ A professora D.F. e o professor P.S. atuam no ensino fundamental e possuem identificação racial/étnica parda. O professor J.C. atua no ensino médio e a professora T.R. leciona no fundamental e médio. Ambos possuem identificação racial/étnica negra.

A primeira pergunta dirigida aos professores participantes aborda os números alarmantes de agressões contra as mulheres na sociedade brasileira, e questiona se, na concepção do/a entrevistado/a, a promoção de debates e ações educativas no ambiente escolar sobre o tema são capazes de influenciar na redução de casos de violência.

As respostas foram unânimes. Todos os docentes concordaram que a discussão sobre violência contra mulheres pode diminuir os números de ocorrências no Brasil. Segundo o professor P.S., essa é uma responsabilidade não só do educador, mas de toda a instituição escolar: “As instituições escolares como formadoras dos futuros cidadãos precisam trabalhar temáticas que envolvem problemas na sociedade atual, a violência contra as mulheres é uma dessas temáticas”. Nessa mesma perspectiva, a professora D.F. assegurou que: “com certeza, a escola é, e deve ser um espaço de sensibilização e transformação”. O papel fundamental da escola enquanto espaço de construção da cidadania também foi uma compreensão compartilhada por Ricardo Oriá: “a instituição escolar tem um papel fundamental no combate ao preconceito e à discriminação, porque participa na formulação de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania de nossos educandos”. (2005, p. 381). O professor P.S. reiterou o caráter formador de cidadãos do ensino de história e a necessidade de debater questões atuais.

¹⁶ Com a finalidade de proteger as identidades dos professores, foi decidido que seus nomes fossem substituídos por siglas.

Todas essas falas convergem para a questão do papel do ensino de História na reconstrução da memória coletiva a respeito de comportamentos sociais enraizados. Como sublinha Michael Pollak, a história “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (1989, p. 10). Já Ismênia Martins nos lembra que “revisitar o passado com novas questões, a partir do presente, afeta as memórias cristalizadas e produz novas histórias” (MARTINS, 2007, p. 17). Ou seja, debater as origens históricas da violência contra a mulher pode auxiliar na mudança de concepção dos alunos enquanto futuros cidadãos, profissionais e pais de uma nova geração capaz de ressignificar o papel da mulher na sociedade.

O professor J.C. mencionou não só uma preocupação com o debate sobre a violência contra as mulheres, mas com outros grupos denominados por ele de minoritários, entendidos aqui como aqueles que se encaixam em situações de vulnerabilidades e desvantagens sociais:

[...] certamente a escola tem um papel fundamental sobre todo movimento social e político que a gente está vivendo, para poder assegurar, confirmar alguns valores e direitos, principalmente no que tange a alguns grupos minoritários e que são considerados minoritários em todos os países.

Nesse sentido, a fala do professor J.C. demonstra preocupação com o tema da violência e entendimento da importância dessa discussão na educação. Esse assunto vem sendo elucidado nas políticas educacionais das últimas décadas, como resultado das demandas das lutas de diversas categorias sociais como mulheres, negros e LGBTs. Inclusive, o PNLD de 2014 a 2018 inseriu discussões sobre a superação da violência contra mulheres, homofobia e racismo nos livros didáticos.

Na sequência, ao serem questionados sobre a importância de trabalhar a violência contra as mulheres no ensino de história, todos os professores consideraram relevante. D.F. reconheceu ser “de suma importância, até mesmo porque essa violência está no meio de convívio dos alunos”. Uma pesquisa realizada e divulgada em 2019 pelo Datafolha¹⁷, ao investigar o tipo de local considerando a violência mais grave sofrida por mulheres nos

¹⁷ A pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, foi encomendada ao Datafolha pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O universo da pesquisa envolve a população adulta brasileira de todas as classes sociais com 16 anos ou mais. A abrangência é nacional, incluindo áreas metropolitanas e cidades do interior com diferentes índices populacionais, em todas as regiões do Brasil. As entrevistas foram realizadas em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte em fevereiro de 2019. No total 2.084 mulheres foram entrevistadas em todo o País.

últimos 12 meses anteriores a pesquisa, constatou-se que a escola/faculdade representa um percentual de 1,4% do total dos locais onde ocorrem as agressões. Dessa forma a violência contra as mulheres não está só no convívio social e familiar dos/das estudantes, mas também no ambiente das escolas/universidades.

Todos os professores foram unânimes em responder que já presenciaram violências de gênero, seja na escola, na vida pessoal e social, o que demonstra mais uma vez a necessidade do debate do tema em sala de aula. A professora T.R., por exemplo, vivenciou em casa um caso de violência contra a mulher, ela narrou que sua mãe foi agredida fisicamente pelo padrasto em 2004. O professor J.C. alegou ter presenciado constantes violências morais e psicológicas contra as mulheres em sua escola por parte de um gestor:

já presenciei, em outra gestão, em outro momento. Inclusive uma pessoa que faz um discurso muito progressista, filiados a partidos de esquerda, militante e na prática do dia a dia havia sim, um assédio constante com as mulheres dentro do ambiente de trabalho, (assédio moral, não assédio sexual) além da perseguição da pessoa não deixar a voz se estabelecer, uma dominação muito clara etc.

Nesse sentido, J.C., além de considerar necessária essa abordagem, novamente amplia o debate sobre possibilitar a escuta, visibilidade e voz para os indivíduos e grupos silenciados pelo ensino de história tradicional, esse posicionamento expõe as tentativas docentes de alinhar o ensino de história de forma a atender as diversas demandas sociais. Ele diz,

se eu faço opção de trabalhar com história que dê voz aqueles que ao longo da história não tiveram voz, ou tiveram pouca oportunidade, os marginalizados; os esquecidos; os explorados; os dominados, a gente consegue pelo menos apontar para utopia de uma sociedade mais igualitária, mais justa. Porque a violência é uma das facetas dessa desigualdade.

Segundo Jurjo Torres Santomé, “as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação” (2001, p. 161). Desse modo, é fundamental não apenas apontar os silenciamentos, mas procurar desenvolver debates que possibilitem escutar as vozes silenciadas, o que implica em superar o ensino histórico dominante dando visibilidade a uma história plural e que atenda demandas das diversas categorias sociais.

A necessidade de escutar as vozes das mulheres e debater violência de gênero em sala de aula também está relacionada a uma educação cidadã aliada às diretrizes apontadas pelos Direitos Humanos¹⁸. Para o professor P.S., “as instituições de ensino, sendo uma ferramenta na formação do cidadão, são instrumentos importantíssimos para que esse tipo de questão tão grave em nossa sociedade acabe. É um processo gradativo, mas essencial na formação do educando como cidadão”. Segundo Ricardo Oriá, ao realizar essas inclusões “estaremos contribuindo para a construção de uma escola plural e cidadã e formando cidadãos brasileiros cômicos de seu papel como sujeitos históricos e como agentes de transformação social” (2005, p. 386).

Para a professora T.R. existe uma urgente necessidade de que o tema seja trabalhado em sala de aula, uma vez que sua problematização pode contribuir para a desnaturalização da violência em uma sociedade machista. Essa fala da professora é muito importante, pois conforme afirma Louro (1992), as diferenças de gênero são aprendidas e interiorizadas, e transformam-se em “naturais”. Essa “naturalidade”, legitimada historicamente, pode funcionar como um impeditivo para perceber imposições de gênero como construções sociais. Nesse sentido, “divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gênero estão, sem dúvida, implicadas nessas construções e é somente na história dessas divisões que podemos encontrar uma explicação para a ‘lógica’ que as rege” (LOURO, 1992, p. 60).

Na sequência, ao ser questionada se a invisibilidade das mulheres nos materiais didáticos ou na própria História pode contribuir para a violência de gênero, D.F. ratifica que tal silenciamento “já é uma violência propriamente dita, uma vez que um grupo não se encontra representado como sujeito, como participante, com seu histórico. E também como se constroem, se trata, sim, de uma agressão”. A invisibilidade das mulheres nos livros didáticos é uma forma de violência simbólica, mas é preciso também analisar como a presença das mulheres nesses materiais está sendo representada.

Em uma pesquisa realizada sobre violência de gênero nos livros didáticos brasileiros, Oliveira (2019) encontrou inúmeros textos e imagens que reproduzem agressões contra mulheres sem nenhuma historicização. Ela enfatiza ainda, que os discursos históricos que reproduzem a violência de gênero não estão apenas nos conteúdos e imagens dos livros de

¹⁸ Em 2009, no Brasil, por meio do Decreto nº 7.037, foi aprovado e assinado o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), esse programa está baseado em eixos orientadores, os quais podem se destacar dois que criam oportunidades para a discussão sobre desigualdade e violência nas instituições brasileiras: eixo III, que defende a universalização dos direitos em um contexto de desigualdades e o eixo V, que dá ênfase a educação e cultura em direitos humanos.

história nacionais, mas em diversas práticas do cotidiano e institucionais que reforçam a repetição de comportamentos machistas/sexistas. Oliveira diz,

entendemos que as representações de violência contra mulheres, difusas não só nos livros didáticos, mas em várias práticas cotidianas e institucionais, funcionam como pedagogias que prescrevem e ensinam determinados modos de ser dos sujeitos, bem como de ver, sentir e tratar essa violência no tempo presente (2019, p.02).

Nessa perspectiva, é relevante a fala do professor P.S., na qual relembra que em um dos bimestres do ano de 2019, trabalhou com o tema da história das mulheres, buscando enfatizar o protagonismo feminino ao longo da história e incluiu discussões sobre violência de gênero. Segundo ele, dentre os motivos que o levaram a abordar a temática da violência aos estudos de gênero, foi perceber como os/as alunos/as possuem uma visão limitada sobre as contribuições das mulheres na história, o que ele considera também uma violência de gênero.

Diagnosticuei que muitos dos meus alunos tinham como um pensamento micro sobre essa temática, olhando somente para os meios domésticos. Como professor, busquei analisar junto a eles na visão macro do problema, que a violência não é somente doméstica, é contra a mulher independente do grau de parentesco que ela tenha com envolvido.

Esse “pensamento micro” ao qual o professor P.S. se referiu restringe a compreensão da complexidade e amplitude da violência contra as mulheres que não pode ser compreendida apenas ao nível doméstico, pois nega o reconhecimento da historicidade dessa violência e seu caráter político, econômico e social. Ademais, essa concepção limitada não permite o direito das mulheres ao passado e à diversidade, uma vez que ela reduz o protagonismo feminino na história, apenas dando margens para as possibilidades de casamento, maternidade, trabalho doméstico, o sexo ou prostituição e a dependência dos homens. Esses fatores condicionam as mulheres a ocupar posições de vulnerabilidade à violência dos homens.

Segundo o professor J.C.,

o desafio para o professor de história, o professor que quiser pensar em trabalhar esse tema (violência contra as mulheres), é não fazer esse discurso à parte. Um discurso muito destacado daquilo que está acontecendo no contexto histórico mais global, esse discurso perde força. Ele perde legitimidade, perde encaixe, ele perde sentido.

Ao conceber as mulheres um espaço apartado das grandes narrativas, tal abordagem induz a falsa percepção de que as mulheres não participam ou protagonizam de acontecimentos históricos relevantes. Além disso, essa postura contribui para a legitimação das relações tradicionais de poder e o fortalecimento das hierarquias de gênero. Ao refletir sobre a seleção de conteúdos para compor a memória histórica, Jacques Le Goff (1990) afirma que existe uma parte dos acontecimentos que pode sofrer pela alocação no lugar de esquecimento, ele chama esse processo de “amnésia social”.

Michelle Perrot (2006), em seu livro intitulado “Os excluídos da História”, aborda a importância de incluir as mulheres nas grandes narrativas, criticando o silenciamento da história contada pela perspectiva masculina e baseada nas relações de poder. Perrot sublinha a importância de abordagens que destaquem as “mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história” (PERROT, 2006, p. 187). Segundo Losandro Antonio Tedeschi,

É preciso convencer que a marginalização da mulher nos estudos históricos não implica que as mulheres tenham sido excluídas deste mesmo processo. Por questões de ética e de rigor histórico, é errôneo abordarmos a história dentro de uma perspectiva parcial, fragmentada, ignorando a experiência coletiva de mais da metade da humanidade (2012, p. 107).

Para recuperar o protagonismo das mulheres na história e reconhecê-las como produtoras de conhecimentos científicos, a professora T.R. destacou a importância social do evento “Mulheres na Ciência”, realizado em 2018 na escola em que trabalha e organizado por um colega da área de língua portuguesa. Ela relembra que: “era nítido o espanto dos estudantes em saber que tantas mulheres tinham desenvolvido tanto conhecimento científico no decorrer da história da humanidade”. Esse trabalho, na percepção de T.R, foi de extrema relevância para o rompimento da visão essencialista e cristalizada socialmente de que a ciência é um campo exclusivamente masculino. Segundo Maria Margaret Lopes,

no tratamento da questão mulheres/gênero e ciências na História das Ciências no Brasil, muita coisa está ainda por ser feita [...] para isso, seria preciso romper com visões que negam a existência de atividades científicas no país nos séculos passados. [...] trata-se sim de recuperar, avançar e criar novas tradições, que nos permitam tornar visíveis as mulheres e as relações de gênero em nossos fazeres científicos (1998 p. 365 e 366).

Segundo Tedeschi, “a crítica feminista à educação e às ciências e o conhecimento nelas incorporado não se limita, naturalmente, ao seu componente científico. A história e as

demais ciências refletem e expressam basicamente o ponto de vista e a experiência masculina nos seus currículos e disciplinas” (2012, p. 114). Nesse sentido, é possível perceber, com essa experiência relatada por T.R., que permitir a inclusão de novas perspectivas e tornar as mulheres visíveis também na área da ciência criam oportunidades para a construção de subjetividades e referências com as quais as meninas e mulheres possam se identificar.

Além disso, a professora T.R., que é negra e atua em uma escola com um grande contingente de alunas e alunos negros, demonstra ser uma professora consciente da relevância sobre visibilidade e identificação, ela sublinha a importância de tratar das contribuições históricas de homens e mulheres negras e de outras categorias que possam proporcionar aos/as estudantes oportunidades de identificação, apropriação e empoderamento. Para ela,

Assim como a invisibilização do negro, do indígena, do cigano, e de todo grupo marginalizado contribui para a manutenção da exclusão, a ausência de informações e estudos sobre a mulher, contribui para que seus papéis sociais sejam inferiorizados. Eu, como professora de História, mulher, negra e periférica, sei como é importante a representatividade. Se os estudantes só acessam personagens homens brancos nas informações dos livros didáticos, eles jamais se sentirão pertencentes e respeitados pela sociedade e pela ciência.

Nessa perspectiva, é fundamental apresentar as várias e diferentes mulheres como seres políticos, intelectuais, agentes da História, das revoluções e das reformas, ou seja, como seres atuantes na esfera pública – não apenas pela sua contribuição no cotidiano ou no ambiente doméstico – mas ampliando as visões e os lugares sociais que as mulheres ocuparam e ocupam na História. Tais pressupostos não podem e nem devem ser alvo da amnésia social (COSTARD, 2017, p.173).

Em consonância com o pensamento da professora T.R., a escritora e intelectual negra Chimamanda Adichie problematiza o perigo da história única, uma vez que, “histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida” ¹⁹. Nesse mesmo sentido, Ricardo Oriá enfatiza que:

¹⁹ Chimamanda Adichie. *O perigo da História Única*. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Designer (TED GLOBAL 2009). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?utm_campaign=tedspread&utm_medium=referral&utm_source=tedcomshare. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

o conhecimento da história da África e do negro poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da auto-estima de milhares de crianças e jovens que se vêm marginalizados por uma escola de padrões eurocêntricos, que nega a pluralidade étnico-cultural de nossa formação (2005, p.382).

Como mulher negra, T.R. deixa claro seu desejo de se ver representada na história e no ensino de história, uma vontade que almeja compartilhar com seus alunos e alunas negros. Patricia Hill Collins sublinha que ao se tornar sensível aos sofrimentos enfrentados em comum, as mulheres negras constroem uma noção de “identidade coletiva”²⁰ capaz de identificar problemas semelhantes e reivindicar soluções.

Ao reivindicar uma identidade coletiva, elas (as mulheres negras) identificaram padrões estruturais de injustiça social nos âmbitos de habitação, do sistema de saúde, da educação, do emprego e de outros locais públicos como fatores que influenciam as experiências de mulheres negras como grupo (COLLINS, 2017, p. 119).

O recorte racial realizado pela professora T.R. é fundamental pois sabe-se que as mulheres negras são as que mais sofrem com a violência de gênero no Brasil e em grande parte do mundo. O documento Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil²¹, elaborado pela ONU Mulheres, aponta que no período entre 2003 e 2013, o número de mortes de mulheres negras saltou de 1.864 para 2.875. Já os dados do Dossiê Violência contra as Mulheres, divulgado pelo Instituto Patrícia Galvão em 2016²², revelam que no Brasil as mulheres negras representam 53,6% das vítimas de mortalidade materna²³, 65,9% das mortes por violência obstétrica e 68,8% das vítimas de feminicídio. Outro índice alarmante apresentado pelo Dossiê aponta que, somente em 2013, houve uma queda de 9,8% de assassinatos de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%.

²⁰ Segundo Patricia Hill Collins (2017), identidade coletiva é uma concepção de que singularidades de experiências de cada indivíduo estão dentro de um conjunto mais amplo de desafios, tal conjunto global transforma esses indivíduos em um grupo com opressões interligadas. A abordagem de Collins explica que a interseccionalidade não se limita a definir e segregar, ou seja, dividir as pessoas em categorias, vai além de divisões taxativas, interseccionalidade é compreender-se como sujeito construído em vários sentidos.

²¹ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020

²² Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-e-racismo/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

²³ Uma ocorrência bastante evitável, segundo especialistas, desde que as mães tenham acesso adequado a informações e atenção do pré-natal ao parto.

A pesquisa realizada por Susane de Oliveira sobre violência de gênero nos livros didáticos de história brasileiros demonstra a existência de imagens de agressões contra mulheres negras sem qualquer historicização. Como argumenta Oliveira, “as narrativas didáticas tendem assim a incluí-las de modo desigual e marginalizado, como corpos vitimizados e aparentemente sem história, cujo valor se manifesta apenas como objeto de posse e dominação colonial/patriarcal” (2018, p. 10). Para ela, “as representações de mulheres negras em situação de violência tendem a perpetuar o racismo/sexismo estrutural da sociedade brasileira” (2019, p. 10).

Sobre a necessidade dos docentes de se atentarem criticamente para as representações de violência de gênero nos materiais didáticos e no ensino de história, o professor J.C. explica que “existem outros níveis mais sutis que esses discursos de superioridade e universalidade masculina se estabelece, e para a gente poder desarmar esses discursos a gente precisa entender, conhecer, esclarecer e identificar”.

Ao serem questionados se tiveram discussões sobre gênero em suas formações, o professor J.C., que ingressou no curso de graduação em História pela Universidade de Brasília (UNB) em 1987, assegurou que participou de discussões em eventos da própria universidade e por meio de inclusões dessa temática por parte de alguns professores.

Para a professora D.F., formada pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Ilmosa Saad Fayad (FECLISF) de Formosa-GO, em 1999, as discussões de gênero não foram presentes na sua formação, mas o exercício da docência a impeliu a estudar sobre gênero quando já atuava como professora. “Por incrível que pareça, essa discussão não foi uma constante na minha graduação, senti uma enorme necessidade de pesquisar e abordar quando já estava em contato com o aluno, em sala de aula”, registrou Divina. O mesmo aconteceu com o professor P.S., formado em 2008 pela Universidade Estadual de Goiás (UEG): “na graduação não tive nenhuma abordagem sobre essa questão de gênero e violência contra as mulheres”. P.S. também afirmou que não teve nenhuma formação continuada na temática: “não tive nenhuma capacitação, tudo que eu sei é por leituras, livros, jornais, revistas, contatos com familiares e por pesquisa própria.

Já a professora T.R., formada também pela UEG um ano depois de P.S., afirma que teve contato com a temática de gênero. “Tínhamos discussões sobre gênero a partir do estudo da História das Mulheres ou da História da Sexualidade, das estruturas sociais, etc., mas não havia um debate exclusivo acerca da violência contra a mulher”. T.R. também procurou

realizar cursos sobre gênero em sua formação continuada, um deles foi o de especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Faculdade de Educação (FE) na Universidade de Brasília (UNB), concluído em 2016. Depois fez o curso de formação na EAPE chamado “Mulheres Inspiradoras”, que busca valorizar o protagonismo feminino em todas as áreas do saber, principalmente nos estudos literários.

É importante destacar que tanto P.S. como T.S. graduaram-se cerca de uma década depois da professora D.F. e de J.C. Essa diferença temporal revela que a academia ainda não incluiu, de forma eficaz, a temática de gênero em seu curriculum, apesar das orientações dos PCN’s, hoje superado pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Há ainda os aspectos regionais. Se em Formosa, D.F. sequer tinha ouvido falar sobre o tema até 1999, quando se graduou, em contrapartida, o professor J.C. teve contato com essas temáticas dentro da Universidade de Brasília, no final da década de 80 e início da 90, o que já expõe uma preocupação e pioneirismo da UNB em discutir esse tipo de assunto no processo da formação docente.

Ao investigar a trajetória dos estudos de gênero nas universidades brasileiras, Joana Maria Pedro explica que o aumento de interesse pelo tema ocorre gradativamente a partir dos anos 80 e com isso há uma “proliferação destes Núcleos e Centros de Estudos com diversas denominações, tais como: Estudos ou Núcleos da Mulher, Feministas ou, mais tarde, de Gênero” (2005, p. 173). Margareth Rago ratifica esse crescimento ao registrar que, no âmbito acadêmico, “floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista” (1995, p. 82).

No caso dos professores P.S. e T.R., que tiveram suas formações na mesma universidade, na primeira década do milênio, infere-se que a diferença de interesse pelo tema tenha a ver com o fato de T.R. ser mulher, o que pode ter gerado uma maior influência na escolha de disciplinas que tratassem dessa abordagem. O fato de cursarem uma universidade pública permite que haja maior liberdade de escolha de disciplinas diversificadas no histórico da graduação.

Nesse quadro de diferentes formações docentes, não se pode dispensar a necessidade da realização de capacitação continuada nos estudos de gênero. Se de acordo com os PCN’s e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica é preciso que o ensino aborde as

questões de gênero, tais abordagens deveriam estar necessariamente presentes na base da formação inicial e continuada dos professores.

Devido ao fato de ter contato com as questões de gênero em sua graduação, J.C., por iniciativa própria, optou por buscar um livro didático que discutisse a contribuição das mulheres na história:

Eu fiz um estudo no Programa Nacional do Livro Didático, no ano de 2013. Tivemos 19 livros didáticos aprovados para escolha em História, e a gente tem que escolher. Então, pensei, se tem que escolher o livro, tem que fazer um estudo e uma análise, então eu os comparei. [...] eu percebi com essa análise, que alguns autores colocam assuntos em pequenas janelas e vai colocando, por exemplo, está falando de alguma coisa sobre a industrialização dos Estados Unidos no século 19, e aí ele separa um espaço e fala um pouquinho sobre a contribuição feminista.

É muito importante discutir sobre esse papel das práticas docentes, pois além da escola ser um local de manutenção das concepções e das identidades, ela também produz interpretações e apropriações nas relações de gênero, tal como afirma Louro: “a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz” (LOURO, 1997, p.80). É importante salientar que Louro não atribui à escola toda a responsabilidade nesse processo, mas reconhece que ela possui um papel fundamental. Desse modo, torna-se imprescindível adotar uma postura proativa, como a do professor J.C., pois ela representa uma expressão dos saberes adquiridos por meio das relações sociais, vivências e experiências também em sala de aula. Essa aplicação no ensino de história visa minimizar as possíveis lacunas na formação tradicional do docente de História. Nessa mesma perspectiva, Monteiro (2013) ressalta que também se trata de uma “política de responsabilização individual”.

O professor P.S. fala como tentou incluir a história de diversas mulheres no contexto de suas aulas. O esforço realizado pelo professor foi bastante considerável, com essas atividades foi possível articular relações de gênero no passado e presente, tratando, inclusive, sobre mulheres de identidades raciais e classes diferentes. Ele relembra algumas de suas contribuições:

Eu trabalhei no terceiro bimestre (em 2019) focado no protagonismo das mulheres, dei exemplos muito viáveis e importantes dentro da história, como a Dona Maria Leopoldina, como a Marielle, dentro da história

contemporânea atual, que influenciaram e que serviram de inspirações para que eu pudesse praticar suas abordagens.

Por outro lado, a professora D.F. lamenta que professores e professoras não discutam as relações de gênero em sala de aula e as violências contra as mulheres, inclusive por causa de posicionamentos machistas:

os maiores desafios hoje são de real sensibilização em grande parte dos próprios profissionais de jornada que atuam em práticas machistas o de lidar com a violência doméstica que muitas mães passam e mudanças de valores no meio do educando, tais como posicionamento, posturas, piadinhas e o da aceitação da própria mulher que, muitas vezes, legitima essa condição de submissão.

Nesse cenário, é importante deixar claro que, embora a maior parte da violência seja fruto de uma ação masculina, admite-se que as mulheres também podem ser autoras e canais de perpetuação da cultura machista. Segundo a professora Heleieth Saffioti, “cabe chamar a atenção para o fato de que esta violência de gênero praticada diretamente pelo patriarca ou por seus prepostos pode recair sobre outro homem. Nada impede também que uma mulher perpetre este tipo de violência” (SAFFIOTI, 2001, p. 117).

Na mesma perspectiva, T.R. afirma que

o machismo está presente em todo lugar. A escola não fica isenta. Na maioria das vezes, os docentes não se sentem aptos a debater temas polêmicos em sala, seja pelo seu viés ideológico, pela sua religião ou até mesmo acomodação em não buscar informações sobre os temas. [Ao se referir sobre seu local de trabalho, T.R. afirma:] é a única escola em que trabalhei que não censura este tipo de abordagem em sala de aula. Já vi professores sendo punidos e vigiados por tratarem de machismo e homofobia em sala de aula.

Diante dessa realidade, pode-se observar que as questões de gênero estão sendo gradativamente concebidas e debatidas em sala de aula. Contudo, ainda existe uma dura realidade de vigilância contra os professores, sobretudo com a justificativa de que essa abordagem se trata de uma “ideologia de gênero”, abordagem especialmente condenada pelos setores conservadores, geralmente ligados a grupos que defendem princípios religiosos

fundamentalistas. Cabe destacar que a influência de tais grupos é tamanha que suas reivindicações influenciaram na retirada do termo gênero da BNCC em 2017²⁴.

Ao ser questionada sobre a responsabilização do machismo pela violência contra as mulheres, D.F. alegou que, “sem dúvida somos uma sociedade de cultura machista. Em todos os meandros da sociedade podemos observar características da dominação masculina, sobretudo em relação às mulheres, vítimas mais diretas dessa falha cultural”. Já para os professores J.C e T.R. também existe uma responsabilidade social em relação à cultura de violência contra as mulheres, cujos efeitos são resultados de uma longa história patriarcal. Em sua fala J.C. ressalta que:

os professores compõem um corpo docente muito heterogêneo na escola, então, boa parte do que se trata em termos de luta ideológica na sociedade, a gente vê refletido dentro da escola. Então a gente vê que há a necessidade de ver os discursos diferentes entre os professores. O ano passado, eu tive uma experiência de fazer um comentário na sala dos professores e um deles virou pra mim e falou: você é negro “mimimi”...[...] com certeza se ele [o machismo] não for a causa, ele é um dos motores que faz essa “roda” girar.

T.R. também concorda:

Eu tenho certeza que a cultura patriarcal e o machismo são os responsáveis pela violência contra a mulher. A solução é, além da existência de um sistema de leis e sanções que punam os agressores, que exista também a conscientização em massa acerca da necessidade de equidade nas relações de gênero, não só nas escolas, mas em toda a sociedade, principalmente na família.

Segundo Safiotti, “a própria dominação constitui, por si só, uma violência” (2001, p. 118), uma vez que ela está enraizada no imaginário coletivo pois “o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum” (2001, p. 118). Conforme enfatiza o professor J.C.:

uma das maneiras da gente combater isso é, com certeza, incluir dentro do currículo de ciências humanas e do cotidiano escolar que a democracia participativa necessariamente tem que trazer esses grupos, dar condição para que eles participem, pra que eles não sejam oprimidos ou esquecidos. Trazer

²⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cne-retira-genero-orientacao-sexual-da-base-curricular-22179063>. Acesso em: 17 nov. 2020.

isso à tona, no dia a dia, na prática em sala de aula e nas atividades extra-sala e interdisciplinares.

Para a professora D.F., “é preciso desenvolver políticas públicas que abranjam a escola, a legislação, redes sociais, grupos de resistências, com objetivo de sensibilizar para uma mudança de comportamento social”, e segundo o professor P.S., essa conscientização, além de fazer parte das abordagens cotidianas das aulas de história, precisa ser contínua e se possível, deve contar com a interação da escola e outros órgãos do governo. Sobre isso, ele nos diz:

Campanhas de conscientização de violência contra mulher na educação precisam ser contínuas, uma boa alternativa é realizar parcerias junto com instituições sociais e Poder Judiciário local e escolas para que essa problemática fixe na consciência da criança, adolescente, para que futuramente essa questão acabe, ou pelo menos, diminua em nossa sociedade.

Uma importante parceria entre a escola e o poder judiciário na desnaturalização da violência de gênero é o projeto “Maria da Penha vai à escola”.

A LEI MARIA DA PENHA NO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História é um campo de pesquisa composto por um espaço interdisciplinar, visto que se preocupa em compreender e analisar as implicações sociais, políticas e culturais presentes nas abordagens do ensino da disciplina. Diante dessa característica interdisciplinar, o ensino de História possibilita o diálogo com diferentes perspectivas e campos dos saberes, auxiliando na legitimação e manutenção de poderes, bem como na construção de identidades sociais conforme as conhecemos no tempo presente. Nesse sentido, torna-se importante a construção de uma cultura escolar baseada na continuidade da escola como instituição em diálogo com outros saberes educacionais, sociais e jurídicos de maneira a viabilizar o enfrentamento da violência de gênero vivenciada na escola e fora dela.

Conforme afirma Santomé, “uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos/ãs ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática” (2001, p.159). Uma das demandas existentes para debates na disciplina de história está na temática

relacionada às discussões dentro da sala de aula sobre a violência contra a mulher. Esse tipo de violência se expressa em múltiplas práticas, diversos discursos e representações que ensejam exclusões, assassinatos e agressões variadas como físicas, sexuais, verbais, psicológicas, patrimoniais e simbólicas de mulheres.

Existe um rico material desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que trata sobre a utilização da Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) no ambiente escolar²⁵. Nele é enfatizado o papel da escola e dos seus profissionais na prevenção e no enfrentamento da violência contra a mulher e, ainda, sobre a importância da capacitação dos docentes e demais membros da comunidade escolar para o trabalho de encaminhamento para a rede de proteção às mulheres. De acordo com dados divulgados pelo Datafolha em 2019²⁶ – pesquisa já mencionada no início dessa análise –, quando questionadas sobre a atitude em relação à agressão mais grave sofrida nos últimos 12 meses, 52% das vítimas relataram que não fizeram nada em relação a agressão. Tal dado revela que a maioria das mulheres não conseguem tomar uma atitude concreta frente à violência sofrida, seja por medo, desinformação ou descrença no papel da Justiça.

No Art. 8º da Lei Maria da Penha, existem várias diretrizes a serem tomadas pelo poder público e por entes não-governamentais para o combate a violência contra a mulher, como elaboração de campanhas educacionais, a capacitação permanente e o destaque nos currículos escolares de conteúdos sobre equidade de gênero, raça, etnia e sobre o enfrentamento desse tipo de violência. O fenômeno da violência de gênero se fundamenta em comportamentos que expõem a necessidade de demonstrar atitudes autoritárias e agressivas masculinas em diferentes contextos sociais.

Dada a importância da Lei Maria da Penha no combate à violência contra as mulheres, foi questionado aos/às professores(as) participantes dessa pesquisa algumas questões referentes a essa Lei.

²⁵ De acordo com a página virtual do TJDF, o projeto “Maria da Penha vai à Escola” apresenta-se como importante ferramenta de formação continuada dos profissionais da educação. O “Maria da Penha vai à Escola” é um projeto resultante da parceria entre o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF), desde 2014, para promover e divulgar a Lei Maria da Penha nas escolas públicas do Distrito Federal. Nesse sentido, a educação é abordada como forma de prevenção e coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher.

²⁶ Pesquisa intitulada “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, foi encomendada ao Datafolha pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, possui representação nacional.

Todos os/as professores(as) afirmaram possuir conhecimento da Lei Maria da Penha e também de outros canais de proteção e denúncia para casos de violência contra as mulheres. Segundo o professor P.S.,

Possuo conhecimento dos meios que precisam ser acionados caso eu presencie o fato. Hoje, qualquer cidadão que presencie ações de violência contra mulher pode procurar as autoridades para tomar as providências previstas em lei. E é crucial com profissional saiba lidar com a situação, inclusive, saber lidar e ensinar aos outros, aos alunos, como lidar com essas situações.

Para a professora T.R.,

Conheço a Lei Maria da Penha e a trabalho com meus/minhas aluno/as em sala de aula. No ano de 2018 tive uma experiência incrível com o trabalho deste tema. Depois de ler, produzir arte (poema, desenho, música, teatro) e discutir a cartilha sobre a Lei Maria da Penha em sala de aula com minhas turmas de 9ºs anos, começaram a surgir relatos e denúncias de abuso sofridos pelas alunas e pelas mães dos alunos. A escola precisou buscar parceria com o Hospital Regional de Planaltina para fornecer suporte psicológico e ginecológico a meninas que sofriam agressões e abusos sexuais na família. Por isso é tão importante que as pessoas se empoderem por meio do conhecimento. Saber é poder!

Para o professor J.C.,

Sei alguns caminhos. Por exemplo a delegacia de atendimento à mulher. [...] eu considero importante e fundamental que eles tenham canais para que a denúncia possa ser feita sem que o denunciante possa se expor a uma situação de violência, então o profissional tem que saber, a escola institucionalmente, tem que saber. É bom a secretaria de educação fornecer os caminhos, os cartazes, o que for necessário para a gente colocar a escola como um espaço que possa afirmar um discurso de defesa dos direitos, em específico, defesa da mulher. A própria escola pode trazer algum tipo de mediação, porque a situação familiar está ligada a aprendizagem. [...] uma vez confrontando com uma situação que coloque risco a algum direito, a gente tem que se pronunciar, a gente não pode se omitir, dentro desse sentido que eu falo.

Para a professora D.F.,

Sim, conheço. Considero um avanço em defesa da mulher. Ao passo que antes a violência estava camuflada, não se questionava sobre essa questão de forma mais contundente. A repressão da forma da lei é sem dúvida necessária para minimizar a violência, todo planejamento em sala de aula

sobre a questão da mulher é impossível não discutir sobre a lei Maria da Penha.

No contexto escolar, o texto da Lei Maria da Penha permite o contato dos alunos e das alunas com um documento oficial central na luta pelo combate a violência contra a mulher. Possibilita ainda, uma historicização da Lei e de sua implementação como fruto das lutas dos movimentos feministas ao longo da história, ressaltando o fato de que ainda se trata de uma demanda social muito presente nos dias atuais. A prova disso são diversas tentativas de veto e restrições que a Lei Maria da Penha sofreu e ainda continua sofrendo na atualidade²⁷.

Para o professor J.C.,

sonho com o dia que a gente não precise de uma lei como essa, né? Por que a gente precisou fazer uma lei específica? porque existia e ainda existe violência contra mulher. Uma violência que tem cada dia mais aparecido na mídia, inclusive levada ao extremo do feminicídio. Então ela é fundamental e importante, né?

As análises históricas das relações de gênero permitem a compreensão das construções que relacionam passado e presente. Segundo Bittencourt, “o domínio de uma história do presente fornece conteúdos e métodos de análise do que ‘está acontecendo’ e as ferramentas intelectuais possibilitam aos alunos a compreensão dos fatos cotidianos, além de situar os acontecimentos em um tempo histórico mais amplo” (2008, p.152). De acordo com o René Remond (1988, p.30) “é impossível compreender seu tempo para quem ignora todo o passado; ser uma pessoa contemporânea é também ter consciência das heranças, consentidas ou contestadas” (*apud* Bittencourt, 2008, p. 155). O resgate histórico do protagonismo feminino é extremamente importante, pois demonstra que as conquistas de direitos das mulheres relacionam-se a sua organização social e luta política. Nesse sentido, é uma conquista coletiva e não individual.

O trabalho com a Lei Maria da Penha no ensino de história também permite historicizar o fenômeno do feminicídio e a consequente criação de uma legislação específica para coibi-lo. Assim, vemos que mesmo após anos de vigência da Lei Maria da Penha, oriunda de uma tentativa frustrada de feminicídio, a Lei não conseguiu impedir o crescimento do assassinato de mulheres, geralmente cometidos por seus companheiros, ex-companheiros e

²⁷ Cf. <http://www.defensoria.pi.def.br/comissao-da-mulher-do-condege-divulga-nota-de-repudio-e-pede-veto-presidencial-aos-projetos-942018-e-112019-que-alteram-a-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 16 no. 2020.

parentes. A aprovação da Lei do Feminicídio em é uma tentativa de intimidar futuros agressores e puni-los de forma mais eficaz. Entretanto sabe-se que não basta criar leis para que a criminalidade diminua, é preciso educar a população para a desconstrução de representações de gênero que fundamentam a violência contra as mulheres.

Conforme Wânia Passinato, “a morte de uma mulher é considerada como a forma mais extrema de um *continuum* de atos de violência, definido como consequência de um padrão cultural que é aprendido e transmitido ao longo de gerações” (2011, p. 230). Fragoso (2002) explica que a questão do feminicídio está ligada ao “fato de as mulheres não estarem desempenhando seus papéis de gênero adequadamente” (*apud* PASSINATO, 2011, p. 230).

Segundo a professora T.R.,

Acho extremamente importante debater qualquer tipo de opressão, preconceito e relação abusiva de poder em sala de aula. Nossas estudantes estão constantemente sendo vítimas de violência e, na maioria das vezes, por desconhecimento em relação aos seus direitos individuais e coletivos. A escola é um dos principais instrumentos na desconstrução e debate dos problemas de gênero.

De fato, como afirma a professora T.R., a escola constitui-se como parte integrante do trabalho em rede pelo combate a violência contra as mulheres. Diante de uma demanda de grande relevância, cabe também aos professores desenvolverem debates e atividades pedagógicas que permitam articular fontes históricas do presente e passado que possibilitem a desnaturalização das múltiplas formas de violência contra as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa de análise das visões e experiências dos(as) professores(as) entrevistados(as) foi possível compreender os desafios, esforços e necessidades que envolvem as discussões de gênero e de violência contra as mulheres no ensino de história. Reitera-se com essa pesquisa a importância da disciplina de História para a desnaturalização das representações binárias, androcêntricas, hierárquicas do passado e do presente. O dinamismo presente nas aulas de história é capaz de proporcionar debates e abordagens que envolvam novas concepções e perspectivas das relações sociais e dos sujeitos históricos, ou seja, permite um processo contínuo de esclarecimento, construção e desconstrução das formas de pensar,

ver e sentir dos/das estudantes. Esses fatores exigem das práticas docentes um compromisso social que demanda novas metodologias, novas abordagens e novos prismas em virtude das exigências do contexto que a escola está inserida.

Do mesmo modo, entende-se que cabe também ao/à professor(a) de história, detentor(a) de uma ferramenta valiosa que é o saber histórico, incentivar mudanças nas alocações hierarquizantes dos gêneros. A reflexão crítica dos processos históricos pode desconstruir visões estereotipadas e ancoradas em práticas machistas e sexistas que permanecem no imaginário social e ainda contribuem para a naturalização da violência de gênero, ocasionando impactos além dos âmbitos privados, isto é, repercussões também na esfera pública. Dessa maneira, o/a professor(a) é o/a responsável pelo que é discutido na sala de aula, cabe, então, a ele(a) um exercício constante de busca pelo resgate da história de sujeitos marginalizados e silenciados como as mulheres. Esse exercício promove o tão necessário reconhecimento das múltiplas contribuições das mulheres como protagonistas e indivíduos atuantes nos eventos históricos.

Diante desse cenário, ao investigar a sensibilidade dos(as) professores(as) sobre o estudo de história e as relações de gênero, ficou claro que incluir essa temática é uma necessidade política e social. Sendo assim, questionar a forma como as abordagens históricas foram e estão sendo delineadas é o primeiro passo para construir novas representações que permitam inserir no imaginário social a concepção do protagonismo das mulheres como partícipes significativos nos desdobramentos históricos.

Entrevistar professores(as) de diferentes gêneros e identificações étnicas evidenciou como as interpretações da temática envolvem aspectos identitários e de vivências diferenciadas para cada um. Nesse sentido, ao conhecer a realidade das diferentes instituições em que os/as entrevistados(as) obtiveram sua formação docente, confirmou-se a escassez ou total ausência de abordagens que evoluíram problemáticas na construção das relações de gênero. Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou a consciência e o empenho dos docentes entrevistados em incluir esse tipo de debate em sala de aula como uma demanda social urgente e eminente, levando o/a profissional da educação a buscar, por meios próprios, instrumentos que supram essa carência.

Convém destacar, que essa pesquisa permitiu compreender como a omissão em relação às temáticas de gênero pode ter repercussões além do contexto da sala de aula. Na

verdade, tal silenciamento pode influenciar na formação da mentalidade e da autoestima dos estudantes, sobretudo quando o contato se limita a uma história que inferioriza indivíduos que não pertençam ao padrão do homem branco e europeu. Logo, torna-se relevante ressaltar que as entrevistas deixaram claro que a contribuição do docente pode ocorrer por meio de novas problematizações e novos olhares que criem a oportunidade para historicizar as relações, incentivando a transformação das mentalidades, a desnaturalização da violência contra a mulher e a desconstrução de comportamentos que contribuem para a manutenção de uma cultura misógina e sexista.

A compreensão dessa responsabilidade torna-se imprescindível para realizar práticas de ensino que permitam a promoção da interseccionalidade em sala de aula, pois tanto os alunos como os professores compartilham de identidades coletivas. Com isso, reflexões que insiram questões raciais, étnicas e de classe também se cruzam com as questões relacionadas ao gênero. Esses pontos, inclusive, foram destacados pelos(as) professores(as) na entrevista, ademais, a interdisciplinaridade assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres. Nesse sentido, inclui-se o cuidado de garantir o conhecimento também de mecanismos legais de proteção, além do conhecimento dos feitos históricos realizados por mulheres, o que também ficou evidenciado na fala dos(as) entrevistados(as).

Nesse aspecto, é pertinente tratar da relação das pesquisas sobre as práticas docentes e a sensibilidade de discutir a história das mulheres. O resultado dessa investigação elucida que a inclusão dessa abordagem atinge diretamente o âmbito da graduação. Sendo assim, ao promover a importância de incluir o debate sobre essa temática desde a formação docente, conseqüentemente poderá haver uma projeção nas aulas, nos recursos didáticos e nos currículos da educação básica.

Interromper com o ciclo da violência contra as mulheres construída historicamente não é uma tarefa simples, entretanto, é possível, como demonstrou o trabalho realizado pelos docentes entrevistados na pesquisa. As práticas docentes podem contribuir para a formação de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária, bem como promover a erradicação das diversas formas de discriminação e violência contra as mulheres ainda presentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda. “O perigo da História Única”. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Designer (TED GLOBAL 2009). Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?utm_campaign=tedspread&utm_medium=referral&utm_source=tedcomshare. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. Revista História Oral, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei Maria da Penha de 7 de agosto de 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BUENO, Samira. *at al.* Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil 2º edição. Brasília. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/publicacoes/relatorio-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2deg-edicao>. Acesso em: outubro de 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar: lições do feminismo negro norte-americano. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães Pinto; DECHEN, Chaia; FERNANDES, Jaqueline (orgs.). Griôs da Diáspora Negra. Brasília: Griô, 2017, pp. 113-131.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório Anual 2000. Relatório nº 54/01, Caso 12.01, Maria da Penha Fernandes. Brasil. 4 de abril de 2001. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. Acesso em 24 jun. 2020.

COSTARD, Larissa. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História. Revista Fronteiras e Debates. Macapá, V.4, N.7, 2017, pp. 159-175.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. Histórias e Conversas de Mulher. 1ª, ed, São Paulo:Planeta, 2013. Disponível em: < <http://lelivros.black/book/download-historias-e-conversas-de-mulher-mary-del-priore-em-epub-mobi-e-pdf/>> Acesso em 27 jun. 2020.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Ensino, História e Educação com/sem Convergências. História & Ensino, v. 21, n. 2, pp. 13-30, jul.-dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/download/23849/17751>.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro. Paz e Terra. (1ª ed ; 19ª ed 1989).

GESSER, Marivete *at al.* Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 2, Julho/Dezembro de 2012: 229-236.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade. 1ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

LAURENTIS, Tereza de. A tecnologia de gênero. Disponível em: <<http://marcoaureliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>>. Acesso em 14 mai. 2020.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista / Petrópolis, RJ.: Vozes, 1997.

LOPES, Maria Margaret. "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. Cadernos Pagu, Campinas, v.10, p. 345-368, 1998.

MARTINS, Ismênia de Lima. História e ensino de história: memória e identidades sociais. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: MauadX, Faperj, 2007, pp. 13-21.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: entre saberes e práticas. Educ. Soc. [online]. 2001, vol.22, n.74, pp.121-142. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100008> > acesso em 20 set. 2020.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Formação de professores: entre demandas e projetos. Revista História Hoje, v. 2, nº 3, p. 19-42, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria. Os saberes que ensinam. In: MONTEIRO, Ana Maria. Professores de história: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp. 81-111.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. "Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018)". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 3, e58426, 2019.

_____. Guerras e violência sexual nos livros didáticos de história brasileiros: análises e orientações pedagógicas feministas. Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres. STEVENS, Cristina; SILVA, Edlene; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska (orgs). Brasília: Technopolitik, 2017, p.131-167. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da_2d1475aef237463da63a0501782e5bbf.pdf. >Acesso em jul. 2020.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; RIBEIRO, Rebecca Maria Queiroga. Historicizando a violência contra as mulheres: uma proposta feminista de abordagem de filmes históricos no ensino de história. OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska, SILVA, Edlene; STEVENS, Criustina (orgs). *Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra as mulheres*. Brasília-DF: Tecnopolitik, 2017, p. 168-199.

ORÍ, Ricardo. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.

PASSINATO, Wânia. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. Cad. Pagu, no.37 Campinas July/Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200008.

PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. História Unisinos. Vol. 9 Nº 3 - setembro/dezembro de 2005, p. 170-176.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Coleção oficinas da história - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12ª edição, 2006.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopez (Org.). Cultura e história em debate. São Paulo: Afiliada, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: http://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Contribui%C3%A7%C3%B5es+feministas+para+o+estudo+da+viol%C3%Aancia+de+g%C3%Anero&author=SAFFIOTI+H.+I.+B.&publication_year=2001&journal=Cadernos+Pagu&volume=16&pages=115-136 . Acesso em 2 jun. 2020.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T.T. (Org.). Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 3.ed. Petrópolis; Vozes, 2001, p. 157-177.

SANTOS, Ebe Campinha dos; MEDEIROS, Luciene. Lei Maria da Penha: onze anos de conquista e muitos desafios. Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres. STEVENS, Cristina; SILVA, Edlene; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska (orgs). Brasília: Technopolitik, 2017, p.234-259. Disponível em:<https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da_2d1475aef237463da63a0501782e5bbf.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SILVA, Edlene. Internet, estupro, assédio sexual e ativismo na campanha *online* “primeiroassédio”. Relatos, análises e ações no enfrentamento da violência contra mulheres. STEVENS, Cristina; SILVA, Edlene; OLIVEIRA, Susane de; ZANELLO, Valeska (orgs). Brasília: Technopolitik, 2017, p. 200-233. Disponível em:<https://docs.wixstatic.com/ugd/2ee9da_2d1475aef237463da63a0501782e5bbf.pdf>. Acesso em: out. 2020.

SILVA, Jeferson Guedes da. Para além dos lugares da impossibilidade: um estudo sobre a atuação de professores do sexo masculino no ensino de história das mulheres. 2019. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos, 2.ed. São Paulo; Contexto, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife: SOS Corpo, 1991.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.

SOIHET, Rachel. Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7, jan. 1997. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

VICROVSKI, Alexandra Kátia; LOOS, Adriana Salete. As representações de gênero nos livros didáticos de História. Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2017, Curitiba, p. 14163.

VIZA, Ben-Hur. Maria da Penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher / SARTORI, Myrian Caldeira; ZANELLO, Valeska. org.; Amanda Kamanchek Lemos ... [et al.]. – Brasília : TJDFT, 2017.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO – ENTREVISTA COM OS/AS PROFESSORES(AS).

1. Os números de violência contra mulher ainda são assustadores. Você acredita que se houver debate em sala de aula ou eventos na escola sobre violência contra as mulheres esse número pode diminuir?
2. Você acha importante debater sobre violência doméstica na sala de aula?
3. Você sabe como buscar ou oferecer ajuda, se caso, algum dia, presenciar ou tomar conhecimento de atitudes violentas/abusivas contra uma mulher? Você considera importante um profissional da educação saber lidar com essa circunstância?
4. Você já teve alguma experiência com a violência contra mulher no seu cotidiano escolar? (Inclusive com alunas e companheiras de trabalho)
5. Você acha que o machismo é o responsável pela violência contra as mulheres? Na sua opinião, como é possível atuar para minimizar esse tipo de herança cultural na sociedade brasileira?
6. Você conhece a Lei Maria da Penha? Se sim, você a acha importante? Se você acha essa lei importante, você já discutiu sobre gênero e sobre violência contra as mulheres em sala de aula?
7. Quais os desafios que você encontra ou que você acha que existem para discussões de gênero e violência contra as mulheres na escola?

8. Professor(a), na sua graduação você teve discussões sobre gênero? E sobre violência contra as mulheres? Se você teve essas discussões, como foram abordadas?
9. Depois da sua graduação, você teve algum contato com cursos ou capacitação continuada sobre violência contra as mulheres?
10. Você acha que a invisibilidade das mulheres nos materiais didáticos ou na própria História podem contribuir para a violência de gênero?
11. Se você já trabalhou com o tema da violência de gênero contra as mulheres na escola, como você abordou o assunto? Você pode dar exemplos concretos de alguma atividade ou alguma discussão que você realizou e também poderia descrever a reação dos alunos diante dessas discussões?